

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**8ª Sessão Ordinária de 2018**

**(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 03/05/2018, págs. 1/18)**

Dia: 15/05/2018

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO**

**PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS**

1) Aprovação da Ata da 7ª Sessão Ordinária (24/04/2018)

**Incluído na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)**

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001416/2014-59

Requerente: Aray Seara Nunes de Matos

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação ao Secretário-Geral do Ministério Público da União para o imediato cumprimento do art. 32 da Lei nº 11.415/2006, de maneira a anular o ato que determinou a não renovação da requisição do requerente. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

**Processos desta Sessão (15/05/2018)**

3) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000195/2017-44

Requerente: Comissão de Infância e Juventude

Assunto: Realização de revisita e visita técnica no Estado de Goiás em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão de Infância e Juventude.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão de Infância e Juventude

Origem: Distrito Federal

4) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000196/2017-99

Requerente: Comissão de Infância e Juventude

Assunto: Realização de revisita e visita técnica no Estado de Minas Gerais em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão de Infância e Juventude.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão de Infância e Juventude

Origem: Distrito Federal

## PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

### Processos com Pedidos de Vista

#### Pedido de Vista em 04/07/2017

- 1) Pedido de Providências n° 1.00717/2016-53  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

#### Pedido de Vista em 05/07/2017

- 2) Proposição n° 1.00056/2017-10  
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

#### Pedido de Vista em 10/10/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

#### Pedido de Vista em 24/10/2017

- 4) Pedido de Providências nº 1.00006/2017-97 (Recurso Interno)  
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915  
Recorridos: Ministério Público Federal; Tiago Modesto Rabelo  
Objeto: Ministério Público Federal. Recomendação MPF-PRM/ILH-GAB 03 N.º 05/2016. Pagamento de honorários advocatícios nos contratos celebrados entre advogados e a Administração Pública. Valores repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, atual FUNDEB. Suposta violação de prerrogativas da classe dos Advogados. Pedido de anulação da referida Recomendação.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

#### Pedido de Vista em 14/11/2017

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes  
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522  
Embargado: Monique Cheker de Souza  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Rio de Janeiro  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

#### Pedido de Vista em 28/11/2017

- 6) Proposição nº 1.00973/2017-77  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente

#### Pedidos de Vista em 12/12/2017

- 7) Proposição nº 1.00582/2017-16  
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00636/2017-43 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Krishnamurti Lopes Mendes França  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07. Membro Krishnamurti Lopes Mendes França.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01003/2017-52  
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (SINDIPÚBLICOS)  
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Irregularidades em contratações temporárias. Contrato 82/2015. Prejuízo a nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público 02/2013.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

#### Pedidos de Vista em 05/02/2018

- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00147/2017-64  
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requeridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região  
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região. Movimento grevista da Polícia Militar estadual. Providências adotadas pelo Ministério Público estadual. Suposta interferência e incompetência de atuação por parte do Ministério Público do Trabalho. Pedido de liminar e de sigilo.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01059/2017-07  
Requerente: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Portarias SGMP POR – 746/2017, SGMP POR – 747/2017 e SGMP POR – 751/2017. Remoção de servidoras da Ouvidoria. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 20/02/2018

- 12) Proposição nº 1.00988/2017-90  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O número de vagas oferecidas em concurso público, em número de 1 (um), permite a aplicação do percentual de vagas para portadores de necessidades especiais estabelecidas na Lei Maior.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista em 27/02/2018

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/04/2018

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01158/2017-99  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessado: Clícia Pinto Martins  
Advogado: Marcio Melo Nogueira – OAB/RO nº 2.827  
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Conselho Superior. Procedimento de Impugnação de Estágio Probatório. Vitaliciamento. Afronta à Lei Complementar Estadual nº 93/93  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Rondônia  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

## Pedidos de Vista em 24/04/2018

- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00956/2016-59 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação do Ministério Público de Pernambuco  
Advogado: Sandoval de Arruda Beltrão Júnior – OAB/PE nº 22382  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 16) Pedido de Providências nº 1.00179/2018-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – SINDSEMP/MG  
Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF nº 32147  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Vedação ao Procurador-Geral de Justiça de editar Resolução. Codificação, identificação, critérios e lotação. Cargos de que trata o art. 2º, da Lei Estadual nº 22.618/2017. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

## Processo com julgamento iniciado

- 17) Proposição nº 1.00059/2015-09  
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal

## Processos Remanescentes

### Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

18) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01

Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM

Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º 122.486

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: São Paulo

### Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Ceará

21) Proposição nº 1.00752/2017-53

Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Parâmetros para atuação do Ministério Público. Defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde e na execução das atividades relacionadas à ação nacional de saúde.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Distrito Federal

22) Pedido de Providências nº 1.00903/2017-55

Requerente: Thomas Santos Ferreira

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades em progressão na Carreira de servidor. Reenquadramento do requerente para a Classe e Nível imediatamente superior. Pagamento dos valores correspondentes às parcelas remuneratórias. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00637/2017-05

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

24) Proposição nº 1.00990/2017-03

Requerente: Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público substituir-se às bancas examinadoras, seja na elaboração, na correção ou na anulação de questões de provas de concursos públicos do Ministério Público brasileiro, desde que ausente ilegalidade manifesta ou violação à Resolução do Conselho.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão (12/12/2017)

25) Proposição nº 1.00294/2016-71

Requerente: Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

- 26) Proposição nº 1.00977/2017-91  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se conhece a notícia anônima, genérica, desprovida de elementos informativos mínimos. A notícia anônima, com fato concreto e grave, quando se justifica o temor do noticiante, pode ser convertida em procedimento de iniciativa do Conselheiro Relator, do Plenário, ou de qualquer Conselheiro.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

- 27) Proposição nº 1.00299/2017-30  
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2º, caput, e §§ 3º e 7º, dos artigos 4º e 5º, caput, e acrescenta o § 8º ao art. 2º e o parágrafo único ao art. 7º, todos da Resolução CNMP nº 26/2007. Oitiva da Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 28) Proposição nº 1.00720/2017-02  
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Atuação do Ministério Público em políticas efetivadoras de direitos fundamentais. Diretrizes para a realização ou o referendo de acordos.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 29) Proposição nº 1.00940/2017-72  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A criação, extinção ou fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las quando não se constatar violação ao interesse público.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 30) Proposição nº 1.00959/2017-00  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Realização de processo seletivo para habilitação a cargos em comissão.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (20/02/2018)

- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50 (Embargos de Declaração)  
Embargante: David Evandro da Costa Carramanho  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências nº 0.00.000.000028/2006-41.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Amazonas
- 32) Proposição nº 1.00185/2017-35  
Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 33) Proposição nº 1.00188/2017-04  
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ajuizamento de ação civil de perda de cargo de membro do Ministério Público. Prática de crime incompatível com o exercício do cargo.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 34) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00475/2017-05  
Requerente: Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Portarias que contrariam o Princípio do Promotor Natural. Resolução nº 01/2015 e nº 02/2013, do Colégio de Procuradores. Vedação de nomeação de Promotor "ad hoc".  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Tocantins
- 35) Proposição nº 1.00743/2017-62  
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessária coesão na atuação das unidades ministeriais. Fiscalização do Projeto de Integração do São Francisco – PISF.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal

- 36) Pedido de Providências nº 1.00783/2017-40  
Requerente: Abdel Hakim Farache  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Denúncia de crimes ambientais cometidos pelo Aeroporto de Guarulhos.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: São Paulo
- 37) Proposição nº 1.00942/2017-80  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A entrada em exercício no cargo ao qual anteriormente havia sido objeto de impugnação caracteriza a perda de objeto do procedimento.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 38) Proposição nº 1.00953/2017-88  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ilegitimidade ativa ad causam do Sindicato que não tem o indispensável registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 39) Proposição nº 1.00954/2017-31  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A designação de membros do Ministério Público de primeiro grau para exercer função perante a Justiça Eleitoral de primeira instância deve recair sobre o Promotor de Justiça que há mais tempo deixou de exercer a função na zona eleitoral ou que nunca a tenha exercido nessa zona ou em qualquer outra.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 40) Proposição nº 1.00955/2017-95  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se permite o pagamento de verba, remuneratória ou indenizatória, criada por ato da administração superior dos ramos do Ministério Público. As vantagens de caráter indenizatório e a retribuição pelo exercício de determinadas funções, passíveis de recebimento pelos membros do Ministério Público, são apenas as previstas nas respectivas leis orgânicas.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

- 41) Proposição nº 1.00962/2017-79  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Necessidade de apresentação das fichas financeiras e folhas de pagamento em um único documento, com a indicação clara e precisa dos pagamentos retroativos e das bases legais de cada rubrica.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 42) Proposição nº 1.00975/2017-84  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao CNMP analisar questão que, in totum, está sob apreciação do Poder Judiciário, sob pena de supressão/violação da competência do Poder Judiciário para decidir a lide em caráter definitivo.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00981/2017-04  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Nulidade dos atos que configuram nepotismo cruzado, vedado pelo art. 3º, da Resolução CNMP nº 01/05.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão (13/03/2018)

- 44) Pedido de Providências nº 1.00722/2016-20  
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva  
Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP nº 172.730  
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná. Força Tarefa Lava Jato. Violação de garantias e direitos. Afronta ao art. 8º, da Resolução CNMP nº 23/2007. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Paraná
- 45) Proposição nº 1.00935/2017-04  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Frações obtidas com a aplicação do percentual de 5% das vagas destinadas aos deficientes físicos, em qualquer concurso público, deverão ser arredondadas para o número inteiro mais próximo.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal

- 46) Proposição nº 1.00944/2017-97  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Submissão de matéria à apreciação do Conselho Superior, enquanto não analisada na origem, falta interesse de agir em deduzi-la perante o CNMP.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal
- 47) Proposição nº 1.00970/2017-06  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não pode o CNMP, substituindo a autoridade legalmente competente, antecipar-lhe decisão administrativa para atender à pretensão de requerente, em sede de procedimento do controle administrativo.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal
- 48) Proposição nº 1.00985/2017-29  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Se por um lado o aprovado em concurso público, dentro do número de vagas previsto no edital, tem direito subjetivo a sua nomeação, por outro cabe à Administração avaliar, através de seu juízo de conveniência, qual o momento adequado para a nomeação, desde que observado o prazo de validade do certame público. Devem pautar os atos das Administrações do Ministério Público e dos gestores da Instituição o cumprimento dos princípios da boa-fé administrativa, da lealdade, da moralidade, da razoabilidade, da isonomia e da segurança jurídica.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal
- 49) Proposição nº 1.00994/2017-10  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A atuação do CNMP, quanto à condução dos concursos públicos organizados pelas unidades do Ministério Público, adstringe-se à verificação da observância das normas editalícias e da conformidade de tais normas à legislação vigente.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00063/2018-93  
Requerente: Geraldo Adelmo de Faria  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Concurso para o cargo de Oficial de Promotoria. Inscrição para portador de necessidades especiais. Indeferimento.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: São Paulo

- 51) Proposição nº 1.00110/2018-35  
Requerente: Conselheiro Sebastião Vieira Caixeta  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP nº 147/2017. Alteração do art. 17. Relatório de Plano Estratégico.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal
- 52) Proposição nº 1.00115/2018-03  
Requerente: Conselheiro Luciano Nunes Maia Freire  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 174/2017. Atuação resolutiva do Ministério Público.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição nº 1.00146/2018-09  
Requerente: Conselheiro Sebastião Vieira Caixeta  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Revogação dos §§ 1º e 2º do art. 5º e dá nova redação ao art. 6º, da Resolução CNMP nº 177/2017. Suspensão do prazo previsto no art. 6º da mencionada Resolução.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (10/04/2018)

- 54) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00619/2016-25  
Requerente: Acenildo Botelho Pontes  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Alegação de inércia. Denúncia envolvendo o Governador do Estado do Pará e a empresa Cerpasa. Demora injustificada para ingressar com ação penal. Inquérito Civil Público nº 001/2005 ainda sem conclusão.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Pará
- 55) Proposição nº 1.00958/2017-56  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É possível a lotação provisória de servidor em local diverso de sua lotação original em face do interesse da Administração para atender demanda específica e excepcional, sendo mantido o caráter precário do ato.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01189/2017-86  
Requerente: Bruno Osmar Vergini de Freitas  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Desconstituição de ato administrativo. Conselho Superior. Processo nº 08191.064144/2017-52. Ressarcimento das despesas por faltas no Curso Direito Americano/Comparado em inglês. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 57) Proposição nº 1.00109/2018-83  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 160/2017.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 58) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00166/2018-90  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Falta de urbanidade. Violação do dever funcional. Manifestação pública indevida. Portaria CNMP-CN nº 31/2018. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00470/2017-89.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)

- 59) Proposição nº 1.00077/2016-72  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal
- 60) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00686/2017-76  
Requerente: Fabiano da Silva Santos  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Irregularidades. Servidores comissionados. Cargos de atribuições de servidores efetivos. Desrespeito a ditames constitucionais.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Paraná

- 61) Proposição nº 1.00721/2017-66  
Requerente: Antônio Pereira Duarte  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regras mínimas de atuação do Ministério Público. Crimes dolosos contra a vida ou contra a integridade física de policiais em serviço ou em razão do exercício das funções.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00857/2017-67  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Apuração de casos de nepotismo. Designação para exercício de cargo em comissão. Desrespeito aos ditames legais.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Bahia
- 63) Reclamação Disciplinar nº 1.01024/2017-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Francisco de Jesus Lima  
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI nº 15339  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação disciplinar autuada em desfavor da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Santa Catarina
- 64) Pedido de Providências nº 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica nº 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal
- 65) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal

- 66) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00042/2018-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1.878-A; Roberto Baptista – OAB/DF nº 3.212  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Reclamação Disciplinar n.º 1.00513/2017-58. PAD n.º 2016.01094802. Reincidência. Realização de baixas genéricas de inquéritos policiais sem indicação das diligências faltantes. Delegação de atividade privativa de Membro a servidor. Aplicação de censura e suspensão.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Rio de Janeiro
- 67) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00092/2018-73  
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – ASSEMPES  
Advogado: Monica Perin Rocha e Moura – OAB/ES nº 8.647  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Requerimento administrativo. Solicitação de informações resultantes de trabalho realizado pela empresa 3GEN Gestão Estratégica. Ausência de resposta após mais de dois meses.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Espírito Santo
- 68) Proposição nº 1.00107/2018-76  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 7º, § 3º e do art. 54, § 1º, do Regimento Interno do CNMP.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal
- 69) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00116/2018-67  
Requerente: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto  
Requerido: Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Alagoas. Procuradoria dos Direitos do Cidadão. Controle externo da atividade policial. Preservação da atribuição de Promotoria de Justiça.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Alagoas
- 70) Avocação nº 1.00176/2018-34  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Ofensa ao Colégio de Procuradores de Justiça. Imparcialidade do órgão julgador questionada.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Piauí

Processos desta Sessão (15/05/2018)

- 71) Reclamação Disciplinar nº 1.00791/2016-98  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor do Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal
- 72) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00966/2016-01 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Petronio Calmon Alves Cardoso Filho  
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ausência injustificada durante inspeção e expediente forense. Portaria CNMP-CN nº 261/2016. Baseada na Sindicância nº 0.00.000.000338/2016-37.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal
- 73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00985/2016-39  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público brasileiro. Visa proibir que seja assegurado aos seus membros o recebimento de auxílio alimentação com efeitos financeiros retroativos até o ano de 2004.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 74) Reclamação Disciplinar nº 1.00075/2017-55 (Recurso Interno)  
Recorrente: Brian Epstein Campos  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Minas Gerais
- 75) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00542/2017-38 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Gerson de Castro Coelho  
Advogado: Felix Valois Coelho Junior – OAB/AM nº 339  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas. Comarca de Lábrea. Reclamações Disciplinares nº 1.01037/2016-10 e nº 1.01039/2016-28. Omissão reiterada em prestar informações. Reincidência.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

- 76) Reclamação Disciplinar nº 1.00559/2017-68 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luciana Telles Machado da Silva  
Advogado: Sandra Frota Albuquerque Dino de Castro e Costa – OAB/DF n.º 18.712-A  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Minas Gerais
- 77) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00787/2017-65  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba. Utilização indevida das prerrogativas do cargo. Portaria CNMP-CN nº 170/2017. Baseada na Reclamação Disciplinar nº 1.00642/2017-73.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal
- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00881/2017-79  
Requerente: Cristiano Rodrigues de Oliveira  
Requeridos: Ministério Público do Estado de Sergipe; Procuradoria da República no Estado de Sergipe  
Objeto: Ministério Público Federal em Sergipe. Ministério Público do Estado de Sergipe. Aposentadoria de funcionário público federal. Supostas ilegalidades em procedimentos administrativos.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Sergipe
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01000/2017-91 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ticiania de Aquino Amaral  
Advogado: Maria Lucia de Aquino Amaral – OAB/MT n.º 5.060  
Recorrido: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Irregularidade de ato do Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso. Determinação para reintegração da requerente ao cargo de Assessora – Assistente nível II – FC-2.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Mato Grosso
- 80) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01093/2017-63  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Definição e distribuição de atribuições no âmbito da Administração Superior. Conforme acórdão proferido no Processo CNMP nº 1.00817/2017-89.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

- 81) Proposição nº 1.01175/2017-17  
Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Adoção de providências pelos órgãos do Ministério Público da União e dos Estados. Cumprimento dos princípios constitucionais previstos no art. 37, da Constituição Federal, nos procedimentos de dispensa de licitação com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01184/2017-08 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Emerson Silva  
Embargado: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado de Maranhão. Desconto em vencimento de servidor. Pedido de anulação de ato administrativo. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Maranhão
- 83) Pedido de Providências nº 1.01190/2017-38 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sigiloso  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Caso de privação, alienação e isolamento de idoso. Impedimento de convivência com familiares. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Serrinha.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Bahia
- 84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00041/2018-97 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Emerson Silva  
Embargado: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Desconto na remuneração de servidor. Indeferimento de pedido de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de familiar. Referente ao mês de janeiro 2018. Requer a anulação da decisão e reposição do valor descontado. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Maranhão
- 85) Pedido de Providências nº 1.00127/2018-65 (Recurso Interno)  
Recorrente: Marco Antonio Ribeiro Janeiro  
Recorridos: Moacyr Whitaker Cohn de Assumpção; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação em expedientes criminais envolvendo o Condomínio Edifício Taurus. Processos 1007020-79.2015.8.26.0590, 1006891-74.2015.8.26.0590 e 1009567-92.2015.8.26.0590. Manifestação pelo indeferimento. Comarca de São Vicente. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: São Paulo

- 86) Reclamação Disciplinar nº 1.00164/2018-82 (Recurso Interno)  
Recorrente: Arthur Santini  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar atuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Suposto arquivamento indevido de expediente protocolado na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: São Paulo
- 87) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00194/2018-16  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG nº 118956  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato normativo. Lei Complementar nº 116/2011 e Lei Ordinária nº 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP nº 52/2017. Realização de reuniões de conciliação para elaboração de texto final a ser publicado. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Minas Gerais
- 88) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00211/2018-24  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida em rede social. Portaria CNMP-CN nº 79/2018. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00659/2017-01.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal
- 89) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00248/2018-43  
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Advogado: Monica Perin Rocha e Moura – OAB/ES nº 8.647  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Excesso de Prazo. Protocolos nº 2016.0030.6853-55 e nº 2017.0031.6636-32. Requerimento administrativo solicitando o reembolso do valor de uma diária referente à palestra "Gestão por Competência" a todos os servidores que participaram. Alteração da Resolução nº 18/2013.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Espírito Santo

- 90) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00264/2018-18  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Procuradoria Geral da República  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Procuradoria Geral da República. Preservação da autonomia. Assassinato de vereadora. Federalização das investigações. Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência nº 1.00.000.005024/2018-37. Alegação de ingerência. Promotor Natural. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Rio de Janeiro
- 91) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00282/2018-08  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília. Tratamento descortês a servidores. Falta de urbanidade.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal
- 92) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00314/2018-20  
Requerente: Silvio dos Reis Sales Padua  
Requeridos: Daniel Saliba de Freitas; Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogados: Raphael Rocha de Souza Maia – OAB/DF nº 52.820; Thiago Esteves Barbosa – OAB/DF nº 49.975; Marilda de Paula Silveira – OAB/DF nº 33.954; Barbara Mendes Lobo Amaral – OAB/DF nº 21.375  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Declaração de nulidade. Promoção por merecimento. Promotoria de Justiça de Araguari. Promoção do requerente à mencionada Promotoria. Reconstituição de todos os direitos oriundos da promoção, especialmente a inclusão na lista de antiguidade da segunda entrância. Pedido Liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Minas Gerais
- 93) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00330/2018-03  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Administração de empresa no ramo da avicultura. Conduta incompatível com o cargo. Município de Nonoai. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 57/2018.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal

**RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**